

EXERCÍCIOS DE OLHAR E PENSAR ACESSÍVEL EM OFICINAS CRIATIVAS DE AUDIOVISUAL COM AUDIODESCRIÇÃO

EXERCISES OF LOOKING AND THINKING ACCESSIBLE IN CREATIVE AUDIOVISUAL WORKSHOPS WITH AUDIODESCRIPTION

Mayara Bezerra Jerônimo da Silva Barreto 1
Thiago de Lima Torreão Cerejeira 2
Jefferson Fernandes Alves 3

Resumo: Propor processos formativos com ênfase na acessibilidade cultural e comunicacional é uma premissa que precisa ser estimulada, considerando a perspectiva da inclusão. Pensando nessa interface e levando em conta o conceito de objeto de aprendizagem, abordamos, nesse artigo, uma iniciativa proposta por um coletivo de audiovisual da cidade de Natal/RN, intitulada “Projeto Urbanocine 2020”, realizada com uma turma de jovens com faixa etária entre 14 e 21 anos do estado do Rio Grande do Norte, de escolas públicas e privadas, em formato remoto, orientando-se pela democratização do acesso de pessoas com deficiência visual a conteúdos audiovisuais, por meio da audiodescrição. A iniciativa foi delineada com a estratégia metodológica centrada na realização de oficinas intermediadas por videoaulas, considerando encontros síncronos e assíncronos. O foco das oficinas centrou-se na apresentação de conteúdos sistematizados e na experimentação prática, a partir da proposição de exercícios de criação audiovisual, pensados de forma acessível, ou seja, com o recurso de audiodescrição. A análise dessa experiência evidenciou a ampliação do entendimento do conceito de objeto de aprendizagem na perspectiva da acessibilidade comunicacional e cultural, deflagrando, nos alunos, a expansão das relações dialógicas e dos princípios alteritários, tendo como parâmetro os eixos da vidência e da não vidência.

Palavras-chave: Acessibilidade comunicacional e cultural; Audiodescrição e audiovisual; Objeto de aprendizagem.

Abstract: Proposing training processes with an emphasis on cultural and communicational accessibility is a premise which needs to be stimulated, considering the inclusion perspective. With this interface in mind and taking into consideration the concept of learning object, in this article we approach an initiative proposed by an audiovisual collective in the city of Natal/RN, entitled “Projeto Urbanocine 2020”, held with a group of young people aged between 14 and 21 years old from the state of Rio Grande do Norte, from both private and public schools, remote learning, led by the democratization of the access by people with visual impairments to audiovisual content, through audio description, communication and cultural accessibility resources that can mediate and expand the understanding of films images and videos by this audience. The methodological strategy was centered around the production of pedagogical workshops mediated by video classes, considering synchronous and asynchronous meetings. The workshops aimed to present systematized content and practical experimentation, based on the proposition of audiovisual creation exercises, planned for an accessible way, that is, with the aid of audio description. The analysis of this experience showed the comprehension of the concept of learning object from the communicational and cultural accessibility perspective, triggering, in the students, the expansion of dialogical relations of the alterity principles, having as parameters the axis of clairvoyance and non-clairvoyance.

Keywords: communicational, and cultural accessibility; Audio description and audiovisual; Learning object.

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação Especial/ UFRN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0982913560034260>.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2260-0325>.
E-mail: mayara.barreto.061@ufrn.br | 1

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós graduação em Educação/UFRN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7522422944147959>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4816-38597> E-mail: cerejeirathi@gmail.com | 2

Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Educação, Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas, Programa de Pós Graduação em Educação Especial/UFRN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1834832958808690>.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0808-7115>.
E-mail: jeffersonfernandes248@gmail.com | 3

Escopo do olhar e pensar acessível

O conceito da acessibilidade comunicacional e cultural se maximiza no século XXI, sobretudo relacionado às políticas de incentivo e fomento à inclusão de pessoas com deficiência (BRASIL, 2008; 2015) e seu consequente acesso a bens e produtos culturais, garantindo, dentre outros benefícios, o direito à informação, a equiparação de oportunidades e a formação de cidadãos mais críticos e com senso de observação apurado.

Instigados por essa vertente e buscando contribuir com a construção de uma cultura do acesso em que os parâmetros da vidência não sejam tidos como únicos na hora de pensar e fazer cultura é que intencionamos abordar o processo criativo de construção de vídeos com recurso de audiodescrição como objeto de aprendizagem (OA), em oficinas de audiovisual entre alunos com e sem deficiência visual, com faixa etária entre 14 e 21 anos, do estado do Rio Grande do Norte, de escolas públicas e privada, em formato remoto, por meio da plataforma Zoom.

Do ponto de vista metodológico, a proposta se assenta na realização de oficinas pedagógicas intermediadas por videoaulas, as quais comportam conteúdos sistematizados e proposições práticas, por meio de exercícios de criação audiovisual, pensados de forma acessível, isto é, com o recurso de audiodescrição.

Os vídeos foram produzidos pelo coletivo audiovisual Urbanocine, da cidade de Natal/RN, com o intuito de apoiar as oficinas que trabalharam com temáticas variadas ligadas ao campo do audiovisual, obedecendo sempre à sistematização de um vídeo-conteúdo, o qual introduzia a temática a ser discutida; e um vídeo-exercício, com exemplos e propostas de realizações práticas do conteúdo explorado.

Os objetos de aprendizagem foram assim desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar composta por três cineastas, uma produtora cultural, uma pedagoga e um audiodescritor consultor. A acessibilidade foi pensada em todo seu processo de criação, o qual se dividiu em três etapas: a) construção e análise dos roteiros de filmagens; b) gravação das videoaulas; c) elaboração da audiodescrição.

Compreendemos o objeto de aprendizagem como um recurso reutilizável de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, considerando a perspectiva do favorecimento da aquisição do conhecimento por todos os envolvidos no processo educacional, inclusive os alunos com e sem deficiência visual. Diante disso, buscamos verificar as reais possibilidades da utilização desses objetos de aprendizagem para o ensino de cinema em uma perspectiva acessível e contribuir com professores, artistas e realizadores audiovisuais, que atuam com cinema e educação, a pensar estratégias de acessibilidade para que alunos com deficiência visual também se expressem e experimentem novas possibilidades de fazer cinema.

O projeto teve duração de cinco meses (julho a novembro de 2020), em uma subdivisão de quatro módulos. As inscrições eram abertas a jovens, do estado do Rio Grande do Norte, com faixa etária entre 14 e 21 anos, que estudassem ou fossem oriundos de escolas públicas ou privadas, priorizando os vínculos com a escola pública. Foram 198 inscritos e 50 alunos selecionados, tendo a adesão de 25 alunos. Para os selecionados estipulamos, além da faixa etária, que até 80% das vagas foram destinadas a alunos matriculados ou egressos da rede pública de ensino ou em condições de vulnerabilidade socioeconômica, e até 60%, a pessoas com deficiência visual.

A proposta contou com a participação de uma equipe composta por seis professores e profissionais do campo do audiovisual, da educação e da acessibilidade, constituindo-se em foco de um estudo em andamento de Mestrado em Educação Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEEsp/UFRN), sendo que, para fins desse recorte, delimitaremos o enfoque no processo de construção das videoaulas com audiodescrição, como proposta de objeto educacional para o ensino de cinema.

Ampliando o entendimento sobre objetos de aprendizagem, acessibilidade e audiodescrição

O conceito de objeto de aprendizagem surgiu nos anos 90 e vem ganhando importância com o advento das novas tecnologias e do ensino a distância, apesar de ainda não existir um consenso universalmente aceito sobre sua definição (BRAGA; MENEZES, 2014).

David Wiley foi um dos primeiros a sugerir uma concepção sobre objetos de aprendizagem, contudo, propõe uma definição muito ampla ao afirmar que um OA é “qualquer recurso digital que pode ser reusado para apoiar a aprendizagem” (WILEY, 2000, p. 7).

Embora Wiley traga critérios importantes como a importância do reuso, deixa o conceito muito aberto quando afirma que qualquer recurso que apoie a aprendizagem possa ser o OA, já que, em nosso entendimento, para ser considerado objeto de aprendizagem, o recurso deve interferir diretamente no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, dar apoio ao ensino propriamente dito.

Ainda que não haja consenso sobre a definição de objeto de aprendizagem, há certo acordo sobre a importância do reuso como uma característica importante. É essa particularidade que distingue o conceito de OA dos demais recursos digitais utilizados para a educação (BRAGA, 2005, p. 43). Para avaliar o nível de reuso do OA são mapeadas diversas características, divididas entre pedagógicas e técnicas, embora não necessariamente um material precise contemplar todas essas características, pois, na verdade, a análise que se faz é de que quanto mais características um material tiver, maior será seu índice de reuso.

Uma das características técnicas primordiais é a acessibilidade. Para Braga e Menezes (2014, p. 45), objetos de aprendizagem com alta acessibilidade são aqueles que atendem a todos os tipos de usuários, rodam em todos os dispositivos e podem ser acessados em diferentes contextos. Um OA de alta disponibilidade é muito difícil ainda de ser encontrado visto que a grande maioria possui acessibilidade média ou baixa.

Tomando como parâmetro a proposta de trabalho que assumimos com o enfoque nas videoaulas acessíveis, bem como na própria produção de vídeos pelos alunos que incorporariam o recurso da audiodescrição, seguimos as indicações apontadas por Melo (2013) quanto à questão da acessibilidade para o formato de vídeo:

Para torná-lo amplamente acessível, devem ser oferecidos recursos que possibilitem aos usuários assisti-lo sem som, atendendo a pessoas surdas, com deficiência auditiva ou que estejam em ambiente ruidosos; e sem acesso à imagem, atendendo a usuários cegos, com deficiência visual ou que estejam com a visão direcionada a outra atividade. No primeiro caso, podem ser oferecidas legendas em texto e janela com intérprete de língua de sinais; no segundo caso, audiodescrição. A norma ABNT NBR 15290 (BRASIL, 2005) apresenta recomendações úteis à produção de vídeos que podem ser considerados acessíveis (MELO, 2013, p. 2010-11).

Pensamos, desse modo, em videoaulas que contemplassem os requisitos acima apontados por Melo (2013), embora estivéssemos focados mais especificamente no público com deficiência visual e, por conseguinte, na audiodescrição.

Assim, a preocupação com a audiodescrição ganhou maior dimensão e ênfase no âmbito do projeto, aspecto que levou então a equipe a buscar respaldo na figura do audiodescritor consultor e a pensar o processo de construção da acessibilidade comunicacional do projeto, de forma a, conforme defende Alves (2014), ressignificar a visão de mundo desses sujeitos, pessoas com e sem deficiência, a partir de encontros mediados pelo audiovisual acessível, uma vez que

[...] a audiodescrição pode ser mobilizadora de forças centrípetas que ressignifiquem diversas esferas da produção cultural, assegurando a participação discursiva das pessoas com deficiência visual, de tal modo que a fruição estética e

os correlatos posicionamentos responsivos constituem-se em posicionamentos políticos não apenas por uma visibilidade física, mas também, por uma visibilidade subjetiva e estética. Amplia-se, assim, não apenas os lugares de participação cultural por parte dessas pessoas, mas também, a possibilidade de ressignificação da visão de mundo de videntes e não videntes (ALVES, 2014, p. 271).

Por sua vez, a colocação apontada por Alves (2014) em relação à visibilidade subjetiva e estética refere-se ao fato de que a acessibilidade proporcionada pela audiodescrição promove uma ampliação da compreensão durante a fruição estética, o que significa dizer que o recurso faz toda a diferença para um espectador com deficiência visual que deseje assistir a um filme ou a um vídeo.

Essa experiência é, portanto, desencadeadora de um processo de subjetividade que trabalha com a formação das imagens mentais, possibilitando que esse espectador construa suas inferências e interpretações, o que corresponde diretamente à autonomia desse indivíduo na fruição, por exemplo, de um produto audiovisual que obviamente precisará estar acessível.

Tais pressupostos que perpassam o campo da visibilidade estão correlacionados assim a um conceito muito peculiar enfatizado por Chion (2011), no sentido de uma atitude perceptiva específica, intitulada pelo autor de *audiovisão* e com a qual tentaremos estabelecer um parâmetro de ligação, no caso da audiodescrição.

Trata-se de uma atividade que, estranhamente, nunca é considerada na sua novidade: continua-se a dizer “ver” um filme ou um programa, ignorando a modificação introduzida pela banda sonora. Ou então, contentamo-nos com um esquema aditivo. Assistir a um espetáculo audiovisual equivaleria, em suma, a ver imagens e a ouvir sons, mantendo-se cada percepção perfeitamente isolada (CHION, 2011, p. 7).

A alegação de Chion (2011) nos encaminha a uma provocação muito pertinente no campo do audiovisual, que diz respeito à própria perspectiva da pessoa com deficiência visual ao assistir um filme ou vídeo, a partir da mediação da audiodescrição. Esse espectador trabalhará com uma percepção que será deflagrada pela composição sonora que englobará os sons e efeitos sonoros do filme ou vídeo, bem como da locução da audiodescrição.

Isso corresponderia a dizer que a junção de todos esses sons será primordial para o entendimento do espectador com deficiência visual. Mas, e se não houvesse o recurso de acessibilidade, essa fruição seria comprometida? É muito provável que sim.

Seria então essa configuração de assistir um filme ou vídeo com a mediação da audiodescrição, um processo que acionaria, portanto, a *audiovisão*? Também é possível que sim. Retomaremos e ampliaremos esse debate mais adiante, pois o percurso que descreveremos a seguir, inerente às oficinas, nos ajudará a fortalecer tais argumentos.

De objeto de aprendizagem à videoaula: um olhar acessível para o audiovisual

O esquema articulado para as oficinas do Projeto Urbanocine 2020 foi composto por quatro módulos que tinham como propósito introduzir conceitos básicos de construção cinematográfica e estimular a livre expressão, por meio da linguagem audiovisual, contemplando participantes com e sem deficiência visual.

Os módulos seguiram uma sistematização, considerando a apropriação desses conceitos pelos alunos em etapas. No primeiro e segundo módulos, “Narrativas sensoriais” e “Sobrevivência cinematográfica”, ministrados respectivamente pelos professores Ernani Silveira e João Augusto, foi possível abordar conceitos e práticas audiovisuais envolvendo o vídeo com manifestação atribuída ao roteiro e à fotografia. Já o terceiro módulo, “Construção sonora”, conduzido pelo prof. Gustavo Guedes, trouxe a ênfase no elemento sonoro na construção de narrativas.

Por fim, o quarto e último módulo, “Acessibilidade”, assumido em conjunto pelos professores Mayara Barreto e Thiago Cerejeira, atentou para as estratégias de acessibilidade que poderiam tornar o vídeo acessível às pessoas com deficiência visual, trazendo, por conseguinte, o detalhamento acerca do campo da audiodescrição e as possibilidades de tradução audiovisual. É importante destacar ainda que a atuação principal desses dois professores no projeto era a de compor a equipe de acessibilidade, no caso de Mayara Barreto à frente da coordenação pedagógica e, no de Thiago Cerejeira, como audiodescritor consultor.

A equipe do projeto também era assessorada pela cineasta e produtora cultural Diana Coelho, em diversos segmentos, sendo um deles, em alguns momentos, na criação dos roteiros de audiodescrição das videoaulas. Diana Coelho teve, ainda, uma participação muito relevante e especial no projeto, assumindo a locução de audiodescrição da maioria das videoaulas, em decorrência da sua formação na área da comunicação.

Cabe salientar que em todos os módulos, além da disponibilização das videoaulas com vídeos-conteúdos e vídeos-exercícios, era solicitada aos alunos a experimentação prática e a construção de exercícios criativos com a linguagem audiovisual, considerando, inclusive, a perspectiva de incorporação da audiodescrição.

Para que chegássemos a esse padrão de referência de ter a acessibilidade como imprescindível em todo o contexto, mobilizando a equipe e os alunos, foi preciso delinear como proposta que os vídeos tivessem a acessibilidade pensada desde a sua concepção.

Isso demandou que todos da equipe passassem por uma sensibilização prévia a respeito do tema, resultando em oficinas de imersão, leituras e debates com profissionais da área e pessoas com deficiência visual, em um primeiro momento de aproximação, o qual foi marcado por discussões e encontros virtuais, enfocando a acessibilidade e mais especificamente a audiodescrição. Esta etapa foi muito importante como forma de provocar o olhar sobre a importância da acessibilidade cultural no audiovisual. Gustavo Guedes, um dos professores da equipe, reforça a importância dessa experiência:

Pra gente foi muito importante, porque teve uma etapa de sensibilização, bastante avançada, entre reuniões e pesquisas, entendendo como poderia ser a melhor maneira de desenvolver esse trabalho [...] de como seria isso, esses mecanismos de deixar um produto audiovisual acessível e a gente conseguiu desenvolver de uma maneira bem legal [...] então para nossa formação foi muito interessante mesmo principalmente a gente que trabalha com imagens, como é que a gente pode pensar imagens para difusão de mais e mais pessoas.

Após essa sensibilização prévia, os professores de cada módulo definiram os conteúdos e quais objetivos gostariam de alcançar por meio dos vídeos. A partir disso, construíram os roteiros de gravação, os quais foram debatidos em equipe.

Nessa fase, foram discutidas possíveis falas do roteiro que poderiam não ser adequadas, bem como foram implementados parâmetros para uma postura mais acessível, como por exemplo, a de que os próprios professores se audiodescrevessem no vídeo. Salientamos que esse foi um momento em que a presença do audiodescritor consultor foi muito importante para esclarecer aspectos sobre essa conduta mais assertiva, na perspectiva de contemplar o público com deficiência visual, bem como para sanar dúvidas e anseios da própria equipe em relação ao contexto da deficiência visual.

Roteiros revisados, hora de ir para os estúdios. Mais uma vez, preocupados com a garantia de que a acessibilidade, mais especificamente para pessoas com deficiência visual, seria garantida nos vídeos, a pedagoga Mayara Barreto e o audiodescritor consultor Thiago Cerejeira foram para o estúdio de gravação junto com os professores. Mesmo com roteiros revisados, algumas questões que surgiram durante as gravações precisaram ser revistas ou dirigidas, nesse ínterim, com a orientação desses profissionais.

A presença do audiodescritor consultor, nesse momento, junto à equipe foi muito importante também para pensar a audiodescrição já incorporada, em alguns momentos, à pró-

pria gravação, considerando a pretensão de que os vídeos fossem acessíveis desde a sua concepção.

Essa estratégia de incorporação foi implementada sempre que possível e é óbvio que nem tudo pôde ser contemplado, exigindo que os vídeos gravados precisassem ser analisados e ganhassem posteriormente uma audiodescrição gravada.

Cabe salientar a importância, nessa etapa de análise e construção do roteiro das videoaulas, dos professores responsáveis pela edição, professores Gustavo Guedes e João Augusto, e da audiodescritora locutora, a produtora Diana Coelho, já que muitas soluções encontradas para inserir a audiodescrição nos vídeos podiam ser discutidas e, inclusive, negociadas, suscitando ajustes ou acréscimos na edição do material audiovisual.

A audiodescrição e a acessibilidade ganham protagonismo no audiovisual

A incorporação de todos esses elementos e estratégias no que diz respeito à audiodescrição e à acessibilidade reverberou de forma muito positiva durante as oficinas, pois os alunos, observando tais referências a partir das videoaulas, começaram a produzir seus vídeos com audiodescrição de forma muito intuitiva já desde o primeiro módulo, sem que lhes fossem dadas maiores instruções ou detalhes acerca de como fazer audiodescrição para produtos audiovisuais. Podemos observar tal perspectiva a partir da avaliação de um dos alunos acerca das oficinas e das videoaulas acessíveis, quando diz que:

A atitude de vocês de colocar às aulas, desde o início, com audiodescrição e com legenda, fez meio que despertar essa sensação de vamo fazer e vamo fazer com que isso seja inclusivo e que as pessoas vejam também. Porque só de isso ser falado né? De isso ser colocado em prática, acho que já cria meio que um sentimento das pessoas aderirem também né? Quando aquilo se torna natural, esse sentimento de querer incluir, acho que aquilo vai se tornando cada vez mais parte de nós mesmos (G.C¹, 20 anos).

Outro aluno, A.L. (21 anos), reforça a ideia expressa por G.C. sobre as aulas contribuírem para criar o sentimento de aderir à acessibilidade e dela se tornar parte de nós mesmos, ao levar a audiodescrição para além do contexto de aprendizagem das oficinas de audiovisual, incorporando-a em seu trabalho como ator no âmbito da contação de histórias. Sobre isso, ele expressa:

Expandiu muito minha mente [...] decidi tentar tornar minha arte mais acessível, seja no teatro, em produções audiovisuais e nas minhas redes sociais. Quero tornar a acessibilidade cada vez mais presente em minhas ações.

Essa declaração nos leva a perceber a relevância do objeto de aprendizagem para a construção do conhecimento e do processo pedagógico, conforme teorizações já mencionadas de Braga e Menezes (2014).

O esquema didático utilizado nos módulos obedeceu ao mesmo critério: a disponibilização de vídeos-conteúdos e vídeos-exercícios, configurando os momentos assíncronos, e os momentos síncronos, com a retomada desse repertório conceitual e a apreciação dos experimentos audiovisuais produzidos pelos alunos. Tal panorama pedagógico está alicerçado, desse modo, na tentativa de expandir a percepção para essas linguagens e conceitos, conforme indica Migliorin (2014, p. 177): “Quando o cinema vai para a escola, é a própria noção de cinema que se problematiza, sobretudo quando nos perguntamos sobre as migrações do cinema, sobre os caminhos de um cinema expandido”.

A ideia de expansão aqui se faz presente na medida em que são consideradas perspec-

1 Os nomes dos alunos foram suprimidos.

tivas de experimentação que dilatam e ampliam a percepção dos alunos para possibilidades estéticas que convergem em novos modos de trabalhar a audiodescrição, instituindo um olhar alteritário (BAKHTIN, 2017), provocador de novas maneiras de ver e de perceber o mundo, a si mesmo e aos outros, a partir das interações estabelecidas pela ambiência das oficinas, conforme conseguimos perceber no depoimento de B.M. (19 anos), uma das alunas das oficinas:

As aulas do Urbanocine foram meu primeiro contato com a audiodescrição, assim de forma direta e prática mesmo [...] eu já tinha ouvido falar sobre, sabia mais ou menos, porém nunca tinha sido algo próximo de mim e eu nunca tinha parado para pensar em quão necessário é esse recurso. Por exemplo sempre que eu pensava em fazer um vídeo ou um filme, não passava pela cabeça a ideia de incluir a audiodescrição. Então foi algo que agregou muito pra mim porque eu percebi como eu negligenciava esse assunto e eu passei a dar mais atenção a essas questões, não só com relação a mim, mas ao meu redor mesmo sabe? De refletir pessoas que se importam, pessoas que difundem a acessibilidade em geral, então foi um exercício muito bacana para abrir meus olhos para essa questão.

Percebe-se que a interação com o recurso da audiodescrição, por meio das oficinas, e consequentemente dos OA, contribuiu para o surgimento de um olhar ampliado sobre as diversas maneiras de ver e estar no mundo. Ponto também destacado nas falas de R.S. (19 anos) e de A.S. (18 anos):

Agradeço ao urbanocine por trabalhar a acessibilidade com a audiodescrição, pois foi meu primeiro contato com essa prática, e acredito que me fez um pouco mais humano. A arte enquanto ferramenta de comunicação de sentimentos deve ser acessível à todos os públicos, ou então não é arte, não é comunicação, não é diálogo (R.S.).

A oficina trouxe isso para gente, é isso que a gente leva da oficina esse aprendizado, a acessibilidade que é tão importante que muita gente não conhece não sabe como fazer (A.S.).

Esses depoimentos reforçam que a interação com o recurso da audiodescrição lançou os alunos para um universo antes desconhecido, possibilitando o encontro entre culturas diferentes (vidência e não vidência), aspecto que pode contribuir para a ressignificação das formas como as pessoas com deficiência visual são vistas socialmente (ALVES, 2014), de tal modo que esse processo de ressignificação pode contribuir com o enfrentamento de preconceitos e, por conseguinte, com as formas recorrentes e naturalizadas da partilha do sensível (RANCIÈRE, 2009). Para ilustrar essa naturalização da partilha do sensível, podemos evocar o fato de que um aluno com deficiência visual raramente tem a oportunidade de frequentar ou ser visto em um curso de cinema e, mais ainda, de que um produto audiovisual possa ser concebido, com vistas a contemplar a acessibilidade, ou seja, pensado com foco na diferença, na diversidade.

Tal iniciativa emerge, portanto, de teorizações no campo expandido do cinema em contexto escolar, as quais entendem a prática do audiovisual como deflagradora de provocações pedagógicas, conforme explicita Fresquet (2017, p. 45): “O cinema e a produção de exercícios audiovisuais na escola permitem um trabalho coletivo, [...] que coloca o estudante diante dos desafios éticos e estéticos para a concepção de uma imagem”.

Olhar e (re)pensar o processo

Que olhar podemos, então, lançar sobre as oficinas do Projeto Urbanocine 2020? Considerando a perspectiva do objeto de aprendizagem, no caso da vídeoaula, verifica-se que as oficinas tiveram um papel determinante para potencializar e sensibilizar tanto a equipe de produção como os alunos, na perspectiva de (re)pensar o papel da acessibilidade, e mais espe-

cificamente da audiodescrição, em vídeos e filmes.

Uma breve análise do processo permite concluir que a proposta desvelou o olhar, ou os olhares, atentos para todas as possibilidades, diferenças e diversidades suscitadas pelas provocações práticas e teóricas em torno do audiovisual, considerando a acessibilidade como aspecto necessário e intrínseco da construção imagética, conforme depreende-se de excertos dos depoimentos dos participantes assinalados na seção anterior.

A possibilidade de expansão do olhar, a qual pode ser suscitada pelo acionamento do audiovisual, leva em consideração a necessidade de processos formativos e de sensibilização de jovens artistas e cineastas para a produção de uma arte que contempla a perspectiva do outro, que vê ou enxerga o mundo de modo diverso, ou a seu modo, com suas variantes, nuances e poéticas, rompendo a predisposição social arraigada que limita as possibilidades estéticas para as pessoas com deficiência visual.

Isso fica evidente na própria tentativa dos alunos, em caráter intuitivo, de já experimentar a audiodescrição em seus vídeos pelo fato de terem a referência das videoaulas dos professores, pensadas e produzidas com esse recurso de acessibilidade.

Desse modo, reitera-se o papel crucial que o objeto de aprendizagem, no caso das videoaulas acessíveis produzidas pelos professores, no sentido de influenciar e referenciar a própria produção artística dos alunos, levando em conta a incorporação da audiodescrição nos respectivos vídeos.

Nesse sentido, a proposta das oficinas pensadas a partir de um objeto de aprendizagem referencial, a vídeo aula acessível com audiodescrição, configurou-se como um encontro com outras possibilidades, outros olhares, redimensionando a maneira como nos vemos e como vemos o outro no mundo e, sobretudo, articulando formas de (re)pensar o fazer audiovisual.

Referências

ALVES, Jefferson Fernandes. A audiodescrição e a dimensão estética da apreensão das imagens por parte das pessoas com deficiência visual. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; PIRES, José. **Caminhos para uma educação inclusiva: políticas, práticas e apoios especializados**. João Pessoa: Ideia, 2014. Cap. 10, p. 263-276.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

BAVCAR, Evgen. O corpo, espelho partido da história. In: NOVAIS, Adalto (Org.). **O homem-máquina. A ciência manipula o corpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 135-142.

BRAGA, Juliana; MENEZES, Lilian. Introdução aos Objetos de Aprendizagem. In: BRAGA, Juliana (org.). **Objetos de aprendizagem, volume 1: introdução e fundamentos**. Santo André: Editora da UFABC, 2014. (Coleção Intera).

BRASIL. **Lei nº 13 146, de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

CHION, Michel. **A audiovisualização: som e imagem no cinema**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011. (Coleção Mimésis).

FRESQUET, Adriana Mabel. Cinema expandido na sala de aula expandida. **Filme Cultura**, v. 62, p. 44-46, 2017.

MELO, A. M. Acessibilidade em EaD mediada pela web: um convite à ação. In: MACIEL, C. (Org.) **Educação a distância: ambientes virtuais de aprendizagem**. Cuiabá: EduFMT, 2013. p. 197-218.

MIGLIORIN, Cezar. **Deixem as crianças em paz: o mafuá e o cinema na escola**. Seminário Pós-cinema, Pós- Fotografia, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: EXO experimental Org.; Editora 34, 2009.

WILEY, David. Learning objects need instructional design theory. **The ASTD e-Learning handbook**, p. 115-126, 2002.

Recebido em: 04 de fevereiro de 2021

Aceito em: 26 de fevereiro de 2021